

ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPENHO DE BRASIL E NOVA ZELÂNDIA A LUZ DOS PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO

Davi dos Santos Silva Almeida¹

Resumo: Com o objetivo de fazer uma análise comparativa entre as medidas adotadas e o desempenho por Brasil e Nova Zelândia, o presente trabalho fez um levantamento histórico econômico de ambos os países apontando as principais medidas adotadas diante de crises. Verificou-se que as medidas de liberdade econômica adotadas pela Nova Zelândia obtiveram melhores resultados a longo prazo e maior estabilidade econômica do que as medidas intervencionistas adotadas pelo Brasil diante de situações semelhantes. O mesmo ocorreu em outros países que adotaram o liberalismo econômico como o Chile e a Estônia. Com isso podemos concluir que a liberdade econômica é o caminho para o crescimento sustentável de um país.

Palavras-chave: Liberdade econômica; Protecionismo; Intervencionismo; Livre mercado; Escola Austríaca de Economia.

Abstract: In order to make a comparative analysis between the measures adopted and the performance for Brazil and New Zealand, the present work made a historical economic survey of both countries based on the main measures adopted in the face of crises. It was found that the economic freedom measures adopted by New Zealand obtained better long-term results and greater economic stability than the interventionist measures adopted by Brazil in the face of similar situations, the same occurred in other countries that adopted economic liberalism such as Chile and Estonia. With this we can realize that economic freedom is the path to a country's sustainable growth.

Keywords: Economic freedom; Protectionism; Interventionism; Free market; Austrian School of Economics.

1. INTRODUÇÃO

É nítido o descontentamento do brasileiro quando o assunto é economia. A insatisfação é generalizada, mas poucos se perguntam por que um país tão imenso, com imensas riquezas, com um clima ameno e um povo batalhador não é um país rico que sirva de exemplo a outras nações? O que é feito de tão errado que não conseguimos progredir de forma sustentável?

A história econômica brasileira passou por diversos períodos de instabilidade. O ciclo econômico brasileiro está quase sempre em estágio de recessão com curtos períodos de *boom*. Isso não é realidade apenas no contexto brasileiro, porém, quais medidas os

¹ Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa: davi.64.22@gmail.com

países mais desenvolvidos tomaram para prolongar o seu período de crescimento com maior estabilidade?

Países como Nova Zelândia enfrentaram problemas semelhantes. Assim como no Brasil, a Nova Zelândia teve períodos de prosperidade que não se mantinham por muito tempo. O alto nível intervenção do Estado na economia, os elevados subsídios à indústria e à agricultura local e o fechamento ao mercado estrangeiro complicaram ainda mais a situação da Nova Zelândia.

Atualmente, após difíceis períodos para a história econômica mundial, o Brasil mergulha em mais uma crise. PIB estagnado, dívida pública elevada e alto nível de desemprego. Necessitando de reformas estruturais, o Brasil ocupa as posições baixas em índices importantes como o índice de liberdade econômica e ocupa a 75ª posição no IDH. Por outro lado, a Nova Zelândia ocupa o outro extremo dos índices estando em posições mais elevadas.

Quais medidas foram adotadas por estes países para que chegassem no resultado que tem hoje? O que a Nova Zelândia fez que mudou totalmente a realidade de seu povo e deixa de lição não só para o Brasil, mas para todo o mundo de como desenvolver uma nação? A intenção deste trabalho é comparar as medidas adotadas por ambos os países e evidenciar a prosperidade que a liberdade econômica possibilita.

A pesquisa se desenvolveu por meio de: (i) revisão bibliográfica acerca da liberdade econômica e do intervencionismo, (ii) análise de dados de ambos países.

O presente artigo se divide em quatro seções, além desta introdução e a posterior conclusão. A Seção 1 apresenta uma revisão bibliográfica de obras nacionais e internacionais. Na Seção 2 o histórico econômico brasileiro. Seção 3 um breve resumo da história econômica neozelandesa. A Seção 4 exemplifica outros países que tiveram sucesso com a liberdade econômica.

2. FUNDAMENTOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO

O liberalismo econômico começou a possuir maior notoriedade com Adam Smith. Ele defendia em suas obras a importância do livre mercado e de como as nações se desenvolvem a partir da atuação de indivíduos movidos pelo próprio interesse, ou seja, a partir da liberdade. Além disso, defendia a importância da não intervenção estatal no mercado. Adam Smith, com suas teorias, desconstruiu todas as ideias antiquadas sobre como uma nação se desenvolve. Em sua assertiva visão defendia a liberdade de comércio e iniciativa e a propriedade privada.

Adam Smith não foi o único a alertar sobre os riscos da intervenção estatal e do protecionismo. Diversos economistas como os da Escola Austríaca e da Escola de Chicago também tiveram fortes contribuições em favor da liberdade.

2.1 Intervencionismo

O intervencionismo defende uma maior atuação do estado no funcionamento dos mercados seja com controle de preços e salários, seja na manipulação das taxas de juros. Mises define Intervencionismo como “Ordem isolada emitida pela autoridade que representa o aparato de poder; obriga o empresário e o proprietário dos meios de produção a empregar esses meios de uma maneira diferente da que empregariam se agissem pelo que lhes determina o mercado” (MISES, 2010).

Rothbard classifica o intervencionismo em três categorias:

Na primeira, o invasor pode obrigar um determinado indivíduo a fazer ou impedi-lo de fazer algo que envolva direta e unicamente a sua pessoa ou propriedade. Em suma, restringe o uso da propriedade de tal indivíduo, nos casos que não envolvem troca. Isto pode ser chamado de intervenção autística, pois envolve somente o próprio sujeito. Na segunda categoria de intervenção, o invasor pode forçar uma troca entre ele mesmo e o sujeito, ou oferecer um “presente” coercitivo. Na terceira categoria, o invasor pode compelir ou proibir a troca entre dois indivíduos. A categoria precedente pode ser chamada de intervenção binária, uma vez que a relação hegemônica é estabelecida entre duas pessoas (o invasor e o sujeito); e esta terceira categoria pode ser chamada de intervenção triangular, já que a relação hegemônica é criada entre o invasor e dois permutadores – reais ou em potencial (ROTHBARD, 2012).

Dentre as três categorias apresentadas por Rothbard as duas mais comuns e de maior relevância para este trabalho é a intervenção triangular e a intervenção binária.

2.1.1 Intervenção Triangular e Binária ou Protecionismo

A intervenção triangular, citada por Rothbard, pode se resumir no que conhecemos hoje como protecionismo, que é o estado interferindo na ordem dos mercados com a justificativa de defender a indústria nacional ou outras justificativas infundadas. Tal intervenção se dá por duas formas, por meio do controle de preço e do controle de produto.

O controle de preço pode ter consequências diferentes de acordo com o nível de preço estabelecido. Caso seja imposto um preço mínimo maior que o preço de mercado logo diminuirá a demanda, em caso contrário onde o preço mínimo seja menor que o de mercado haverá diminuição na oferta e aumento da demanda.

A segunda forma, o controle de produto, é a proibição da produção e comercialização de algum produto. As perdas são compartilhadas entre os produtores e consumidores, beneficiando-se apenas o estado com toda a estrutura burocrática criada para aplicar a regulação, além de criar um mercado paralelo.

Uma variante da forma de controle de produto é controlar quem pode produzir e ofertar um produto ou serviço. É concedido, assim, um privilégio a uma empresa que pode monopolizar a oferta ou dificultar a entrada de possíveis concorrentes.

Intervenção binária parte do princípio de que um estado precisa se financiar e para isso ele utiliza de sua força para obter receita coercitivamente através da tributação ou da inflação ocasionada pela expansão da base monetária (seja através da impressão ou expansão do crédito). Ou seja, o estado força o sujeito a contribuir com ele mesmo. Depois de arrecadar, o estado então passa a gastar de uma forma que provavelmente o indivíduo não concorde.

Uma das formas de o governo gastar é com os chamados subsídios onde a distribuição do dinheiro arrecadado desconsidera toda e qualquer intenção dos indivíduos. Rothbard apresenta que há uma alocação distorcida dos ganhos e ainda conclui que “Dessa maneira, podemos dizer que todos os casos de subsídio penalizam coercitivamente os eficientes para o benefício dos ineficientes” (ROTHBARD, 2012).

Uma das principais justificativas para os subsídios é a necessidade em incentivar as relações comerciais locais para que então elas ganhem competitividade, ou seja, protecionismo. Porém o efeito é totalmente oposto como afirma Rothbard:

Como consequência, os subsídios prolongam a vida das empresas ineficientes às custas das eficientes, distorcem o sistema produtivo e dificultam a mobilidade dos fatores dos locais menos para os mais produtivos. Prejudicam enormemente o mercado e impedem a plena realização dos desejos dos consumidores. (ROTHBARD, 2012).

Ainda sobre gasto público Rothbard explica:

Gastos governamentais que consomem recursos, muitas vezes, são considerados como “investimentos”, e essa classificação constitui uma parte essencial da doutrina keynesiana. Temos afirmado que, ao contrário, todos esses gastos devem ser considerados consumo [...], no entanto, o governo redireciona os recursos da sociedade para os próprios fins, escolhidos por ele mesmo e apoiados pelo uso da força. Consequentemente, essas compras devem ser consideradas despesas de consumo, qualquer que seja a intenção ou resultado físico. (ROTHBARD, 2012).

As consequências do intervencionismo são muito prejudiciais ao funcionamento da economia como um todo. Ele causa um desequilíbrio nos mercados que passam a agir não mais conforme as preferências dos consumidores, método mais eficiente, e sim com falsas informações causadas pela intervenção governamental. Além disso, prejudica a produtividade e competitividade do mercado podendo criar monopólios.

Outra consequência do protecionismo é o desestímulo à inovação e ao aumento da produtividade. O subsídio e a proteção estatal fazem com que as empresas que recebam esses privilégios não tenham incentivos a se tornarem mais competitivas e ofereçam produtos ou serviços de menor qualidade e mais caros para seus consumidores. Além disso, essas empresas podem sofrer proibições ao tentar exportar para outros países que julgarem que estes privilégios causam uma concorrência desleal.

2.2 Regulação Estatal

A regulação dos mercados por meio do estado é justificada por diversos teóricos através da imperfeição dos mercados. Em parte, esta afirmação está correta. A escola austríaca de economia foi uma das primeiras a alertar que os mercados não funcionam de forma perfeita, mas também nos mostra que a intervenção do estado em tentar corrigir uma falha acaba sendo mais prejudicial do que ela mesma.

A regulação surgiu como uma forma de evitar algumas falhas de mercado como externalidades, monopólios e para a garantia de condições entre ofertantes e demandantes mais igualitárias. Na prática ela é utilizada por governos como moeda de troca em barganhas políticas e é usada para beneficiar os amigos do governante.

Isso ocorre, pois, o estado pode regulamentar o mercado de tal maneira que apenas uma empresa ou pequeno grupo de empresas atenda aos requisitos. Cria-se, assim, uma espécie de barreira a novos entrantes garantindo o oligopólio àquelas empresas. Com isso temos produtos e serviços mais caros e com menor qualidade pois as empresas tornam-se menos eficientes e menos inovadoras por perderem a necessidade de se aprimorar haja vista que sabem que não terão concorrentes graças a proteção do estado.

Mesmo se partimos do princípio que os governos são honestos e não há corrupção, a regulação não ocorrerá para seu real propósito, corrigir as falhas de mercado. Sobre as externalidades IORIO expõe:

A simples proibição da produção de bens cuja produção cause incômodos para terceiros pode, além de exigir mais burocracia, impedir que bens necessários (isto é, para os quais existe demanda) deixem de ser produzidos, o que

prejudicaria os consumidores. A imposição de um imposto sobre a produção esbarra na dificuldade de se calcular corretamente os custos, ou seja, os valores dos prejuízos gerados sobre terceiros (IORIO, 1997).

A formação de monopólios e oligopólios também se dá através da regulação estatal. Para entender isso primeiro vamos entender o conceito de monopólio. Muitos o classificam como uma única empresa ofertando determinado produto, porém isso é muito vago dado que todas empresas apresentam produtos com diferenciações. Por exemplo uma marca de celulares ou automóveis é monopolista por somente ela fabricar aquele modelo, o que não faz sentido.

A definição mais correta neste caso é a de Iorio que defende que existe monopólios em decorrência da concessão de privilégios, ou seja, quem cria monopólios é somente o estado. Portanto podemos concluir que através da regulação do estado são formados os monopólios.

Dentre as formas que o estado regula a fim de criar mesmo que sem consentimento um monopólio são: licenças, padrões de segurança e qualidade, tributos, leis de salário mínimos, restrições de importações, leis antitruste, patentes entre outras.

2.3 Ciclos Econômicos

Para definir o que são ciclos econômicos primeiro temos que entender o que não é ciclo econômico. Apenas uma flutuação da demanda e da oferta de um mercado (e, consequentemente, em seu preço) não configura um ciclo econômico. Ciclos ocorrem devido a alterações na preferência dos consumidores ou outros fatores que influenciam direta e indiretamente na oferta destes bens.

Ciclos econômicos envolvem o boom e a depressão geral dos preços afetando a oferta e demanda de toda a economia e não apenas de um único mercado específico. Essa flutuação geral de preços ocorre quando há alteração na base monetária, ou seja, na quantidade de dinheiro na economia. Se a disponibilidade de moeda se altera positiva ou negativamente os preços se alteram.

Quando se aumenta a oferta de moeda na economia, sem que haja de fato uma demanda para ela, ocorre uma queda no poder de compra de cada unidade monetária, ou seja, um aumento geral nos preços. O mesmo ocorre de forma inversa, se diminuir a disponibilidade monetária os preços diminuem.

Sabemos que em um sistema de livre iniciativa os empreendedores tentam prever as flutuações de demanda do mercado e é isso que define quais empresas são mais eficientes para continuar existindo e quais fracassam e tem que fechar as portas.

Quando se altera a base monetária todos os empreendedores são induzidos por falsas informações da reação do mercado. O aumento da quantidade de moeda e, conseqüentemente, o aumento da demanda devido a isso leva a todos empreendedores responderem, de forma coordenada, aumentando a oferta.

Como exemplo temos a crise de 2008. O aumento do crédito facilitado pelo Banco Central Americano (Federal Reserve), por meio do controle artificial da taxa de juros, levou a uma enorme busca de pessoas por crédito e encorajou bancos a ofertarem. Todos estavam movidos por incentivos criados pelo estado que expandia a base monetária. Fato semelhante também motivou a crise de 1929.

O fato de possuir maior disponibilidade de crédito não se deu por que houve uma mudança na preferência temporal das pessoas, ou seja, elas não passaram a poupar mais dinheiro e assim ter recurso disponível fazendo os juros baixarem. Houve um controle do preço dos juros e assim como qualquer outro controle de preços a distorção no mercado.

Diferentemente dos bens e serviços, quando se controla o preço do dinheiro, ou seja, os juros, o estado tem o poder de gerar ilimitadamente mais moeda para suprir a demanda.

O boom, então, é na verdade um período de investimentos ruinosamente equivocados. É o momento em que os erros são cometidos, por causa da interferência do crédito bancário no livre mercado. A “crise” chega quando os consumidores vêm restabelecer as proporções que desejam. A “depressão” é na verdade o processo por meio do qual a economia se ajusta após os desperdícios e equívocos do boom, e restabelece o serviço eficiente dos desejos do consumidor. O processo de ajuste consiste na rápida liquidação dos investimentos ruinosos (ROTHBARD, 2012).

3. CONTEXTO HISTÓRICO ECONÔMICO BRASILEIRO

As crises e guerras geradas pelos governos de todas as partes do mundo durante o século XX foram terrenos férteis para maiores intervenções do estado e na diminuição da economia liberal, ou seja, na economia de mercado.

Teorias de um estado misto, mais intervencionista, ganharam protagonismo no campo político por serem mais “agradáveis” aos projetos de maior poder e controle dos governantes. O estado passava a desempenhar um papel mais ativo na economia provendo produtos e serviços. Surgia assim o estado empresário.

A expansão do crédito também foi artifício comum usado para estimular a economia. No Brasil foi utilizado o Banco do Brasil para esse fomento com a criação de diversas linhas de créditos, muitos deles a base de expansão monetária.

A intervenção nos mercados estava cada vez maior. Para isso foram criados diversos institutos para alguns dos principais produtos de exportação na época como o açúcar e o café, além de outros produtos incluindo o petróleo.

Com o intuito de se tornar mais eficiente, o estado passou a ser mais sistematizado através do planejamento. O Brasil então começou a realizar planos econômicos, mesmo que de forma ainda simples e pouco efetiva. Foram criados: Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939), Plano de Obras e Aparelhamento (1944). Outros planos foram criados da mesma forma, porém só a partir da década de 1960 que de fato foi realizado um planejamento macroeconômico.

Durante todo o século XX a medida para estimular a economia que predominou no Brasil foi o nacional desenvolvimentismo realizado através de investimentos em infraestrutura. Pode-se observar esta política desde o início do século e ela se baseou no endividamento externo e impressão de moeda. Tal prática pode ser observada em todo o mundo não só no Brasil (como por exemplo, o *New Deal*, o plano de enfrentamento à crise de 1929 nos EUA cujo principal alicerce do plano foi o investimento estatal em infraestrutura).

Com os efeitos da crise de 1929 o principal produto brasileiro de exportação, o café, viu sua demanda cair bruscamente. O estado interviu de diversas formas tentando conter o preço chegando até mesmo a comprar grandes quantidades e queima-las. Surgiu nessa época a necessidade de criar uma nova base econômica para o desenvolvimento.

Outra forte medida utilizada para o desenvolvimento foi a criação de empresas estatais durante e após o governo de Getúlio Vargas. Entre as empresas criadas podemos citar: Companhia Siderúrgica Nacional (1942), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), Companhia Nacional de Álcalis (1944), Fábrica Nacional de Motores (1942) e Petrobrás (1953). Ainda hoje essas empresas são consideradas essenciais por muitos políticos e economistas, mesmo com toda a ineficiência comprovada, além dos recentes escândalos de corrupção envolvendo empresas estatais.

Com a industrialização alavancada pelo governo e com as maiores potências da época em guerra, o Brasil obteve um crescimento considerável do PIB através da exportação de produtos industrializados que antes eram abastecidos pelos países mais

ricos. Porém, tal acúmulo de capital não foi refletido em uma maior qualidade de vida devido as restrições de importações.

Também na era Vargas surgia a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, inspirada na Carta de Lavoro do governo fascista de Benito Mussolini na Itália. A CLT trouxe um grande atraso e complicações nas relações de trabalho que se tornaram mais onerosas e burocráticas, além da criação de sindicatos (que se tornará mais um ator político com uma relação clientelista com o estado já que era sustentando através de impostos sindicais).

Em 1944, na Conferência de Bretton Woods, é criado o Fundo Monetário Internacional – FMI. Foi reforçado a importância e a criação de Bancos Centrais. Nos anos seguintes foi criado o índice “Produto Interno Bruto – PIB” como forma sistemática de apurar a produção de cada país.

Seguindo orientações internacionais o Brasil cria algumas organizações e normativas como: Plano de Obras e Aparelhamento (1944), Comissão do Planejamento Econômico (1944), Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC (1945), BNDES (1952).

Quando Juscelino Kubistchek chega ao poder 1956 o nacional desenvolvimentismo é fortalecido com a construção de Brasília. O aumento do gasto público aumentou ainda mais o nível de industrialização do país com a chegada de diversas indústrias principalmente do ramo automobilístico.

O PIB brasileiro cresceu muito durante esse período, mas a um preço muito alto e perverso por meio da inflação. Houve um elevado gasto para construção da capital e outras obras de infraestrutura espalhadas pelo país e investimentos em áreas como energia. A conta entre arrecadação e gastos não fechava e a solução encontrada a época foi a expansão da base monetária.

Com mais dinheiro circulando na economia o tempo de boom econômico não durou muito. Inflação acima de dois dígitos fazia parte do cotidiano, aliado às tensões internacionais causadas pela Guerra Fria. O Brasil mergulhava novamente numa onda de instabilidade econômica e política.

Os sucessores de JK não obtiveram sucesso em conter a crise econômica e política e a ameaça do país em se aliar a União soviética levou ao golpe militar de 31 de março de 1964, o terceiro no século.

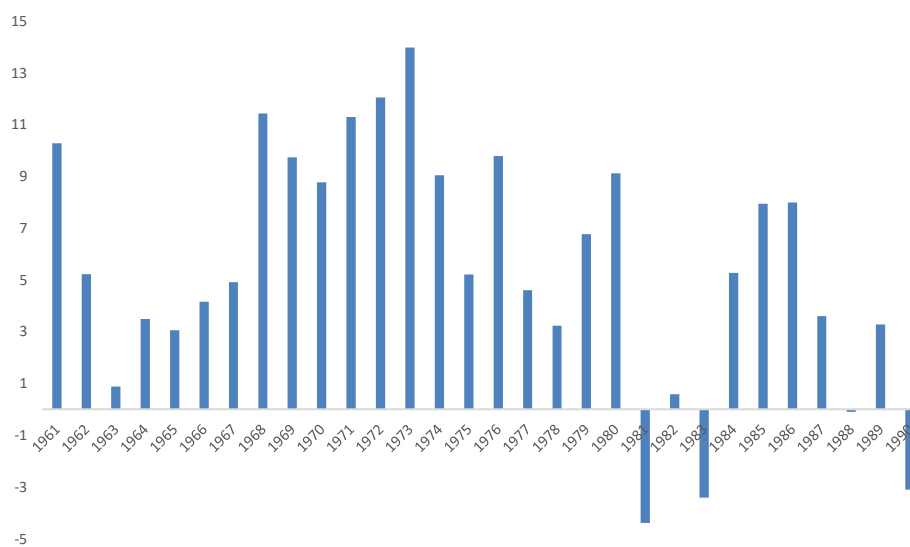
O governo militar foi prudente por um curto período de tempo até chegando a conter o gasto público. Algumas reformas foram feitas e foi criado também o Banco

ANÁLISE COMPARATIVA DO DESEMPENHO DE BRASIL E NOVA ZELÂNDIA A LUZ DOS PRINCÍPIOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO

Central do Brasil. A economia voltou a crescer e a inflação baixou, mas novamente o crescimento que vinha não era uma forma sustentável, ainda tinha uma grande intervenção do estado além de uma economia ainda fechada.

A crise do petróleo da década de 1970 pôs fim ao período de bonança econômico brasileiro que ficou conhecido como “milagre econômico”. O país era extremamente dependente do petróleo estrangeiro (cerca de 80% de todo consumo era proveniente de importação). Com esse aumento no preço do petróleo o país aumentou o endividamento, saindo de 14,8% do PIB em 1973 para 55,8% em 1979 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Crescimento do PIB do Brasil (% Anual)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Com o II Plano Nacional do Desenvolvimento – PND o Brasil voltou a criar estatais em diversos setores e em uma escala muito maior que a realizada por Vargas anteriormente. Foram criadas estatais nos ramos químicos, papel e celulose, siderurgia, energia, álcool, telecomunicações entre outras, além das obras de infraestrutura que ainda seguiam firmes.

Com todas essas medidas, o PIB continuava crescendo de forma insustentável seguindo os mesmos erros que causaram pequenas décadas de crescimento sem instabilidade. Fundada basicamente no gasto público, a economia continuava muito restrita. Medidas semelhantes foram tomadas por outros países em situações econômicas parecidas e de alta dependência de importação de petróleo assim como o Brasil.

No ano de 1979 iniciou-se a segunda crise do petróleo. O preço voltou a aumentar exponencialmente. Elevou-se a taxa de juros internacionais. Mesmo sem contrair novos empréstimos a dívida externa aumentava por conta dos juros flutuantes. Com o aumento da demanda mundial por crédito o endividamento desta vez não era uma opção.

Isso tudo não estava acontecendo somente no Brasil. Todo o mundo estava em crise e alguns países chegaram à falência como Polônia, Argentina e México.

Com a inflação aumentando exponencialmente, a dívida pública aumentando e o país desacelerando o crescimento econômico ocorreu a chamada “década perdida”. A economia tornou-se mais fechada. O estado detinha o controle total de tudo que era importado. A repressão do estado foi muito forte durante esse período.

O país foi obrigado mais uma vez a buscar crédito externo. Por conta da alta demanda mundial por empréstimos e a situação delicada em que o Brasil se encontrava não foi fácil conseguir empréstimo com o FMI. O Fundo exigia diversas condições e pré-requisitos que o contratante deveria obedecer para que não houvesse um calote.

Dentre as medidas impostas pelo FMI estavam: metas de superávit nas contas públicas, taxa de câmbio flutuante, desregulamentação da economia e abertura do setor externo. Ao longo do processo o Brasil renegociou o acordo sete vezes. O Brasil era incapaz de fazer uma análise do real problema pois não tinha informações suficientes para subsidiar as decisões. Os sistemas de controle e análise dos diversos dados econômicos do país a época eram bem precários e não refletiam a realidade. As medidas do FMI geraram uma revolta na população que foi às ruas protestar contra a instituição, porém as medidas eram fundamentais para o equilíbrio econômico de qualquer país.

Com os imensos problemas vividos à época como a alta da inflação o aumento da dívida, o elevado desemprego e o anseio da população pelo fim da ditadura durante a década de 1980 fortaleceu-se os movimentos pró-democracia e o fim do regime autoritário. Ainda em eleições indiretas, em 1985, Tancredo Neves é eleito, mas antes da posse faleceu e quem assumiu foi o vice Jose Sarney.

Sarney era muito impopular tanto perante o povo quanto no meio político e precisava gerar confiança para continuar governando. Entre os inúmeros problemas que o país enfrentava o maior deles era a inflação. O novo presidente precisava com urgência solucionar o problema da inflação e para isso ele tinha duas opções:

- 1 - Um plano mais ortodoxo que exigia um maior controle de gastos a fim de diminuir a demanda (esse plano não agrava muito pois ter um alto preço político, afinal ninguém queria diminuir os gastos)
- 2 - Um plano heterodoxo que consistia basicamente em controle de preço

Sarney optou pelo plano mais fácil politicamente e que não viria a funcionar. Por meio do Plano Cruzado não poderia haver aumentos de preço, com isso não haveria inflação, imaginavam os seus proponentes. A priori o plano aparentava ter funcionado, Sarney mobilizou a população para fiscalizar os preços congelados criando os “fiscais dos Sarney”, cidadãos comuns que tinham a tarefa de fiscalizar os comércios. A inflação se estabilizou por um curto período de tempo, porém tempo suficiente para o presidente ganhar popularidade e afastar qualquer dúvida de um novo golpe ou renúncia.

Como era esperado de qualquer plano de controle de preços o Plano Cruzado fracassa após 8 meses de seu lançamento. A inflação volta a subir só que agora com uma grande crise de desabastecimento causada pela intervenção do estado no preço. Com a economia fechada (ainda vigorava o controle de importações), era impossível as importações suprirem a demanda nacional.

Muitas empresas faliram nessa época, tanto pelos prejuízos causados pelo controle de preço, tornando muitos negócios insustentáveis, como pela grave crise econômica. Com o início do Plano Cruzado II, que descongelou os preços fazendo a inflação disparar, o governo teve que decretar moratória suspendendo o pagamento da dívida externa.

Outro problema a época no Brasil era a questão orçamentária. Existiam vários orçamentos diferentes e o orçamento monetário (que não passava por apreciação do Congresso Nacional) consistia em uma conta paralela do governo federal para gastos diversos sem aprovação e tendo como fonte de receita a expansão monetária.

O Banco Central do Brasil imprimia mais dinheiro e enviava ao Banco do Brasil que gastava quase sem nenhum critério, controle ou planejamento prévio. Com isso criou-se a falsa ilusão de as contas públicas estarem mais equilibradas no orçamento que passava por aprovação legislativa.

Havia o chamado conselho monetário que era composto por membros de do governo, Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil, além de membros da sociedade civil como sindicatos de empregados e patronais e empresários dos mais diversos ramos que definiam onde seriam “investidos” esses recursos. Em outras palavras

os próprios beneficiários desses recursos garantiam sua fatia propondo investimentos em suas próprias áreas.

Com o fim da conta movimento foi criada uma importante ferramenta de controle e gestão: o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira.

Com o fracasso do Plano Cruzado o Brasil, ao invés de aplicar outro plano de estabilização econômica, optou por persistir no erro e lançou outro plano de controle de preços chamado de Plano Bresser que novamente estava fadado a dar errado.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 as finanças públicas e o orçamento ganhavam novas diretrizes. Foi introduzido o modelo como conhecemos hoje composto de um orçamento anual, uma lei de diretrizes orçamentárias, também anual, e um plano plurianual. Também teve início nesta época o sistema de emendas do poder legislativo que poderiam modificar e escolher onde o dinheiro público seria investido.

A inflação continuava a subir cerca de dois dígitos por mês. Foi tentado um pacto social por meio de uma negociação com empresários para amenizar o aumento de preços. Novamente sem sucesso. Com as constantes tentativas desastrosas de controlar a inflação, é lançando novamente mais um controle de preços denominado Plano Verão, muito semelhante ao Plano Cruzado I, onde cortava-se os zeros e iniciava um novo ciclo com uma nova moeda. Certamente o plano fracassou pelos mesmos motivos dos anteriores.

Com o medo de um novo controle de preços comerciantes faziam ajustes nos preços constantemente. Consumidores compravam em grandes quantidades. Ambas atitudes, pressionavam ainda mais a inflação que passava de mil por cento ao ano. Além disso, o excesso de demanda causava um enorme desabastecimento de produtos básicos. Foi necessário adotar um racionamento limitando a quantidade que se podia comprar de cada produto.

A desigualdade no Brasil crescia a passos largos não só como efeitos da inflação, mas também de uma política econômica geral de fracasso nos últimos cinquenta anos.

Em 1990 Fernando Collor de Melo assume a presidência como o primeiro presidente eleito de forma direta pelo povo. As promessas de campanha de Collor eram promissoras entre elas a desestatização da economia, abertura do mercado externo e acabar com privilégios do setor público. Logo nos primeiros dias de mandato o então presidente eleito deu início ao seu plano de estabilização econômica chamado de Plano Collor.

O Plano Collor se baseava em três pontos. O primeiro era um ajuste fiscal para combater o déficit das contas públicas, o segundo uma reforma monetária e em terceiro

no confisco de parte do dinheiro em contas correntes e aplicações bancárias. O confisco era de todo valor excedente a cinquenta mil Cruzados Novos com a promessa de poder sacar após dezoito meses essa quantia em cruzeiros, nova moeda que entrou em vigor, acrescido de juros e correção monetária.

As promessas de reajuste fiscal, desregulamentação econômica e abertura econômica, ao violento confisco promovido pelo governo, controlaram a inflação momentaneamente e o PIB caiu. Com a abertura econômica e a importação de produtos estrangeiros de empresas mais competitivas que as indústrias brasileiras houve o fechamento de diversas empresas.

As primeiras privatizações começaram a surgir ainda no governo Collor. Inúmeras estatais deixadas pelo governo militar em diversos setores foram para a iniciativa privada. O plano Collor I teve importantes avanços para um pensamento liberal como desregulamentações, abertura econômica e privatizações, mas ainda não tinha combatido a inflação que voltava a subir.

Foi dado início a mais um plano de estabilização da economia o chamado Collor II. Desta vez o plano recorria a um novo controle de preços, pela quarta vez em menos de 10 anos. Com mais um fracasso na tentativa da retomada econômica aliado a denúncias de corrupção o então presidente da república Fernando Collor renuncia em meio a um processo de impeachment, assumindo o vice Itamar Franco.

O desafio de Itamar Franco e de seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso era um só: por fim ao árduo período de 15 anos de alta inflação. Com a equipe econômica renovada deu-se início mais uma tentativa de estabilizar a moeda brasileira. Foi então criada uma espécie de “moeda virtual” chamada unidade real de valor (URV). Basicamente o URV consistia em um indexador para a transição para a nova moeda, os preços poderiam continuar subindo no cruzeiro novo, mas ficavam congelados em URV.

É nítido que não bastava apenas a criação de uma nova moeda, afinal já haviam sido criadas tantas outras e não havia funcionado, era necessário resolver alguns problemas estruturais de gastos do governo. Era necessário resolver estes problemas para então lançar a nova moeda. Ainda dentro dos problemas orçamentários brasileiro, o alto endividamento externo precisava ser resolvido, foi então que o Brasil aderiu ao plano Brady para renegociar a dívida.

O período de transição e indexação entre o Cruzado Novo para o Real durou cerca de 3 meses. A população se adaptou rápido ao URV o que possibilitou a migração

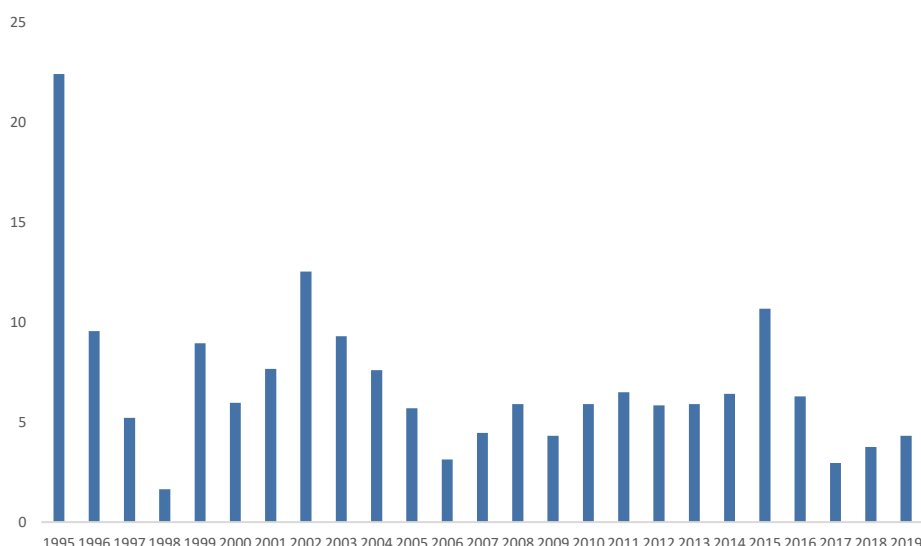
definitiva para o Real. A nova moeda reagiu bem ficando estável e controlando a hiperinflação. Foi nítida a redução da pobreza logo nos primeiros anos do Real.

Com a inflação controlada, diversos bancos públicos e privados tiveram perda de receita oriundas de investimentos indexados à inflação. Com isso houve uma falência em massa de diversos bancos e os que não fecharam estavam em péssimas condições financeira. O colapso do sistema financeiro brasileiro era eminente. Para contornar a situação foi criado o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o PROER.

O PROER consistia na penhora e bloqueio do patrimônio dos banqueiros para garantir a recuperação dos bancos. Para a continuação dos serviços foi utilizado dinheiro do Banco Central. Não houve injeção de novo capital público no sistema nem subsídios aos bancos. Para os bancos públicos também houve mudanças, passaram a funcionar como empresas com uma estrutura mais objetiva e mais sustentável e com menor intervenção política e os bancos públicos estaduais foram privatizados.

O problema da hiperinflação estava resolvido (Gráfico 2), mas as causas dela ainda não. Eram necessárias diversas reformas para controlar o gasto público. Entre as medidas adotadas para solucionar isso temos a lei de responsabilidade fiscal que trouxe parâmetros mínimos para evitar novos descontroles nas contas públicas.

Gráfico 2: IPCA Brasil (% Anual)



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração do autor.

No mesmo período também teve início as privatizações das empresas estatais. Entre elas a mais conhecida foi a mineradora Vale. A venda da Vale foi um marco na era das privatizações no Brasil devido ao alto valor da empresa. No setor de telecomunicação a Telebrás também foi privatizada, alguns dos monopólios estatais foram desfeitos proporcionando a abertura do mercado para a concorrência e a melhora na qualidade e no preço dos serviços.

Ainda ficaram pendentes de privatização muitas empresas que deveriam ter sido privatizadas como os bancos Caixa e Banco do Brasil, Petrobras, Correios entre todas outras centenas de estatais que nunca deveriam ter sido criadas.

O estado não abriu mão do controle dos sistemas de serviços apesar de ter privatizado as empresas como é o caso da telefonia. Foram então criadas as agências reguladoras, uma solução para um problema que não existia, ou seja, criaram um excesso de regulação e aparelhamento totalmente desnecessário.

As agências reguladoras foram um enorme erro. Hoje elas são a principal causa da pouca concorrência. Na prática as agências reguladoras foram apenas mais um instrumento de controle e intervenção estatal no mercado inibindo a concorrência e dificultando a relação entre cliente e fornecedor.

Seguindo a política de reformas e modernização, o Brasil passa a adotar metas de inflação e o câmbio flutuante, ambos sobre supervisão do Banco Central. Além dos intermináveis problemas orçamentários, financeiros e administrativos outros problemas como educação e produtividade ancoravam a possibilidade de crescimento.

Como solução para a educação começaram a surgir os mecanismos de transferência de renda. Como exemplo, o programa de incentivo a crianças e adolescentes a frequentarem a escola, o bolsa-escola, entre outros programas sociais a fim de diminuir a desigualdade.

Com as eleições de 2002 e o crescimento do candidato de esquerda (que tinha um discurso contra as privatizações, os acordos com o FMI e até mesmo o Plano Real) o medo do retorno do conturbado período de inflação fizeram a taxa de câmbio e a inflação voltar a subir.

Surpreendentemente após a vitória do Lula nas eleições de 2002, o agora presidente não seguiu o seu discurso de campanha e seguiu com a mesma política econômica de seu antecessor Fernando Henrique, com isso a pequena recessão que se formou no período de eleições logo foi revertida e o país continuou a crescer.

Com o boom no mercado de *comodities* e o grande crescimento do mercado chinês, o Brasil entra em uma fase de crescimento acelerado, ou seja, sem a necessidade de intervenção estatal e com um grau de livre mercado ainda baixo. Apenas com as forças do mercado o Brasil conseguiu prosperar.

Com o compromisso de uma agenda econômica com maior responsabilidade fiscal e controle da inflação, os acordos com FMI foram cumpridos e possibilitaram que o país se desenvolvesse. Ainda assim de uma forma insustentável no longo prazo, já que com o aumento da arrecadação surgiram também diversos programas sociais e de desenvolvimento que elevaram o gasto público.

Os avanços no período de 2003 a 2008 foram surpreendentes. Houve diminuição da desigualdade e aumento do poder de compra e do mercado interno. O país se tornou a sexta maior economia do mundo.

Entre 2007 e 2009 a crise internacional afetou o crescimento mundial. O sistema bancário mundial ficou à beira de um colapso com diversos bancos nos Estados Unidos e Europa falidos ou à beira da falência.

Novamente as medidas adotadas pelos governos de diversos países, inclusive no Brasil, para enfrentamento da crise foram o aumento do gasto público através de incentivos para recuperar os bancos e obras de públicas de infraestrutura, expansão do crédito para outros bens e serviços. Como vimos no passado recente, o aumento do gasto público e expansão da base monetária trazem uma breve sensação de melhora e retomada econômica, porém insustentável.

Aumento de gastos públicos é a resposta número um de qualquer governo não liberal, afinal é uma grande oportunidade de políticos fazerem obras e assim garantirem a reeleição. Na crise de 2007 a 2009 não foi diferente. No ano de 2007 o governo brasileiro havia lançado o Programa de aceleração do crescimento (PAC). O programa desenvolvimentista do Lula consistia em um pacote de investimentos públicos em diversas áreas como habitação, infraestrutura e transportes.

Assim como qualquer plano desenvolvimentista o implementado no Brasil também estava fadado ao fracasso. Pouco tempo depois de sua implementação houve um grande crescimento do PIB nos anos seguinte e da economia como um todo, mas foi é um aumento temporário.

O segundo mandato foi marcado por uma grande virada na estratégia economia. No primeiro mandato foi seguido o que vinha sendo feito desde o Plano Real, mas após a reeleição toda a agenda de responsabilidades com os gastos públicos foi abandonada e

adotada uma política econômica totalmente oposta. Além disso, não houve reformas fundamentais e necessárias como as da previdência, tributária e administrativa.

Foi utilizado o banco público de desenvolvimento, BNDES, para beneficiar setores e empresas a juros extremamente baixos, além de isenções tributárias, entre outras medidas protecionistas. A economia como era de se esperar já estava desacelerada ao final do segundo mandato de Lula.

Em 2011 Dilma Rousseff assume a presidência da república, a primeira mulher no cargo. Dilma prosseguiu e intensificou o intervencionismo iniciado por Lula e logo em seu primeiro ano de mandato lançou o PAC 2 ainda que o primeiro PAC tenha deixado um grande déficit nos cofres públicos e diversas obras paradas e superfaturadas espalhadas por todo o Brasil.

Daí em diante houve uma série de medidas econômicas desastrosas para tentar recupera a economia como a Nova Matriz Econômica (NME), maior intervenção do estado, novas obras do PAC 2, tentativas de controlar a inflação e manter artificialmente os empregos. Após início da Nova Matriz Econômica (NME) houve uma forte redução da taxa de juros mesmo diante de uma alta da inflação.

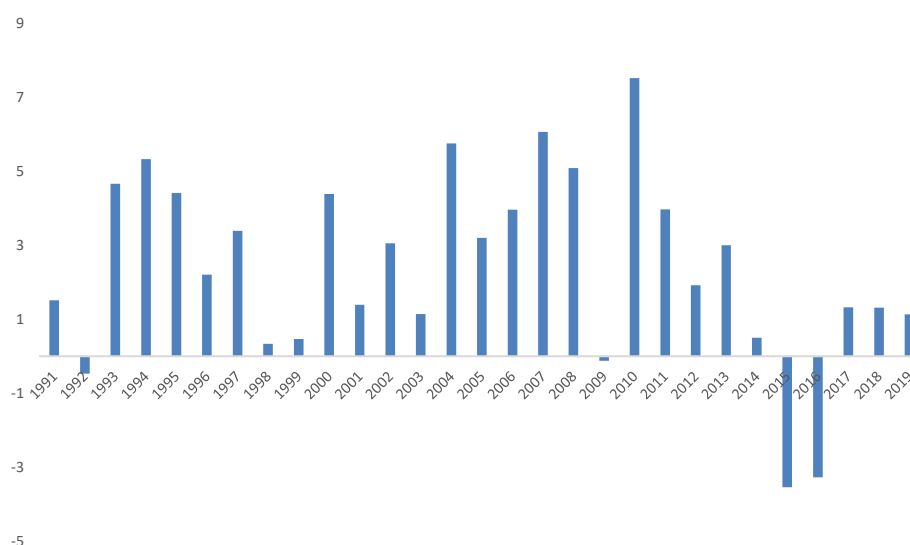
Outras medidas impactaram no agravamento da crise como a elevação dos investimentos público e o controle de preços em produtos como combustíveis e energia elétrica (setores onde o setor público detém o monopólio de distribuição). Com isso o aumento da dívida pública foi inevitável. Para driblar a legislação quanto ao excesso de gasto público foram feitas diversas manobras contábeis para maquiar os dados.

A inflação subindo, o país em recessão, a elevação no desemprego, a prestação de serviços públicos de péssima qualidade e as denúncias de corrupção elevaram o descontentamento da população que foi as ruas manifestar contra o governo. Mesmo com um alto nível de rejeição Dilma conseguiu se reeleger em 2014.

O segundo mandato de Dilma começou ainda mais conturbado que o primeiro. Além do péssimo desempenho econômico, as denúncias de corrupção no governo federal deflagradas pela operação Lava Jato desencadearam uma grande revolta na população que ocupou as ruas pedindo o impeachment da recém reeleita presidente.

A desastrosa política econômica, com o abandono do tripé macroeconômico, fez o PIB encolher mais de 7% entre 2015 e 2016 (Gráfico 3). A crise política se agravou com diversos aliados sendo investigados em um esquema envolvendo empresas estatais (a principal delas a Petrobras) e grandes empreiteiras do país.

Gráfico 3: Crescimento do PIB do Brasil (% Anual)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

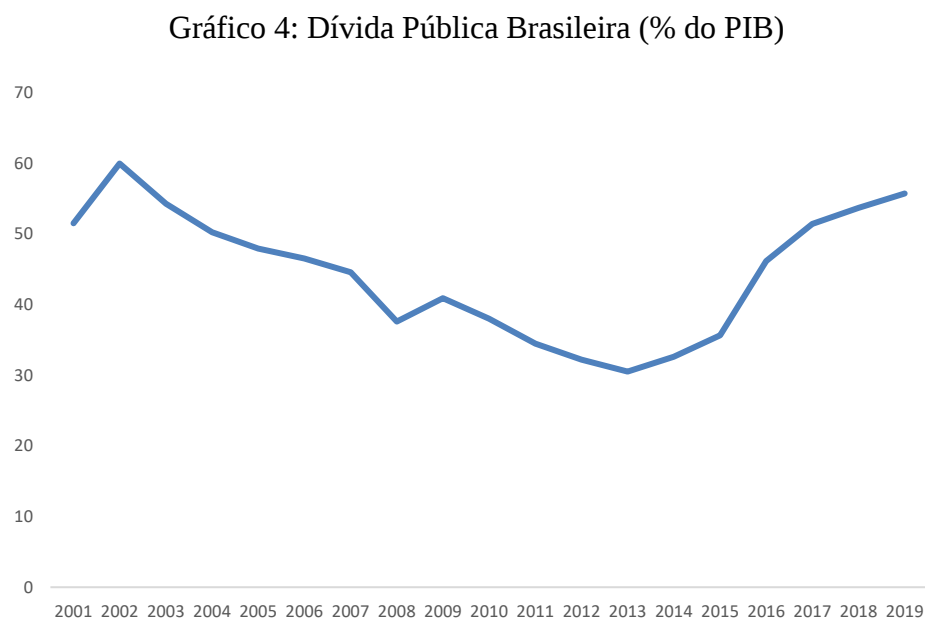
Os desastres econômicos e políticos do segundo mandato de Dilma levaram ao inevitável processo de impeachment por crime de responsabilidade. Em 31 de agosto de 2016 ela teve seu mandato cassado pelo Senado Federal, seguindo rito previsto na Constituição da República. Michel Temer, seu vice, assume definitivamente a presidência, cargo que ocupava como interino desde o afastamento de sua antecessora em maio do mesmo ano.

Michel Temer assume em meio ao caos político e econômico que o Brasil enfrentava. O país precisava de uma rápida recuperação e isso só seria possível através de um grande ajuste fiscal e de grandes reformas que diminuíssem o gasto público, que já estava deficitário. Além disso, havia a alta inflação (que havia fechado o ano anterior com dois dígitos), desemprego e taxa de juros altos.

Mesmo com baixo apoio da população e denúncias de corrupção, Temer conseguiu estancar a sangria nos cofres públicos, controlar a inflação e baixar a taxa de juros. Em pouco mais de dois anos de governo Temer foi aprovado o teto de gastos (que limita o aumento de gastos da União), uma tímida reforma trabalhista (que facilitou a relações de trabalho), uma maior abertura econômica internacional (desonerando tarifas de importação), fim dos empréstimos milionários sem critérios técnicos através do BNDES, além de diversas medidas de desburocratização para diminuir o chamado “custo Brasil”.

Mesmo com a conturbada eleição de 2018, a transição do governo de Michel Temer para Jair Bolsonaro foi acompanhada de um certo otimismo da população e, principalmente, do mercado com as promessas liberais da agenda econômica de Bolsonaro.

Com mais um liberal responsável pela economia, o país não perdeu o rumo da retomada apesar de ter avançado pouco ainda que tivesse um certo apoio popular. A primeira prioridade foi a Reforma da Previdência, aprovada ainda no primeiro ano de mandato com o intuito de diminuir o déficit público no longo prazo e conter o aumento do endividamento (figura 4), além da lei de liberdade econômica.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração do autor.

As principais propostas de reformas do governo Bolsonaro são a tributária e administrativa, além do plano de privatizações de estatais. Estas medidas seguem sem grandes avanços por três motivos:

- 1 – Inabilidade política do governo que vem tendo dificuldades em montar uma base aliada (com o próprio governo criando diversos conflitos internos)
- 2 - Denúncias de corrupção envolvendo familiares e pessoas próximas ao presidente além de políticos da base aliada.
- 3 - A pandemia do COVID19 que praticamente parou o mundo durante meses. A pandemia não somente atrapalhou o prosseguimento da agenda de reformas do governo como também afetou negativamente o PIB, a taxa de desemprego e a meta de inflação.

Como resposta a situação de calamidade pública, o governo voltou a elevar os gastos para suprir as necessidades de saúde e da economia. Houve também uma expansão da base monetária. Ainda não se sabe a real situação que a crise do COVID19 deixará para o país.

4. ECONOMIA DA NOVA ZELÂNDIA

O que o pequeno conjunto de ilhas no Oceano Pacífico tem a ensinar para o mundo quando o assunto é economia e liberdade? Com pouco mais de 4 milhões de habitantes a ex-colônia britânica é um país altamente desenvolvido, com um IDH de 0,921 (14º maior IDH em 2018), ficando à frente de Reino Unido e Estados Unidos.

A Nova Zelândia também está entre os vinte primeiros no ranking da educação mundial, o PISA, o primeiro lugar em percepção da corrupção segundo a instituição Transparência internacional e o terceiro lugar no índice de liberdade econômica da *Heritage Foundation*. Posições bem à frente dos países do G7 (grupo dos sete países mais industrializados do mundo).

Muitos podem achar que a Nova Zelândia e os países nórdicos sempre foram ricos e longe de crises por isso hoje tem excelente qualidade de vida. Essa afirmação não está correta. Todos os países passam por crises e alguns até mesmo por longos períodos de guerra. O que determina se hoje eles são desenvolvidos não é sua origem ou sua localização geográfica e sim como foi conduzida a política econômica.

A Nova Zelândia sempre foi um país que baseou sua economia na exportação de produtos agrícolas (enquanto colônia ainda houve um período onde se conseguia minerar ouro para exportar). Durante a Primeira Guerra Mundial, já independente do Reino Unido desde 1907, as exportações neozelandesas tiveram um aumento significativo. Como principais produtos exportados estavam a Lã, Carne e Laticínios.

Apesar das altas nas importações durante a guerra, a economia nos anos 1920 ainda tinha um desempenho ruim já que sua economia dependia da economia do Reino Unido que estava em declínio após o pós-guerra.

Houve uma tentativa do governo em promover um ajuste fiscal para melhorar a situação econômica do país, mas os esforços não foram suficientes para enfrentar a crise de 1929. Assim como os outros países a Nova Zelândia também teve sua economia abalada com aumento nos níveis de desemprego e com a pouca diversificação de suas exportações. O principal cliente, o mercado britânico, também estava em crise. A retração foi tão acentuada que entre 1932 e 1933 o PIB encolheu 17%.

Como resposta à crise foi criado o Banco Central (Reserve Bank) como instituição independente, mas após mudanças políticas o banco passou a ser controlado pelo governo que agora era comandado por base trabalhista. Seguindo a onda mundial o governo passou a intervir ainda mais na economia.

Com o governo trabalhista no poder a agenda de contenção de gastos e ajustes fiscais, que se estendia desde a década de 1920, foi revertida para uma política de expansão dos gastos. O câmbio flutuante foi abandonado e as políticas de comércio exterior também. A Nova Zelândia passou a produzir o que antes apenas importava com a tentativa de se tornar independente do comércio exterior.

A exportação de commodities continuava como locomotiva da economia neozelandesa sendo beneficiada durante as duas Grandes Guerras. Com as importações em alta e as medidas de austeridade fiscal por conta da guerra o país conseguiu liquidar o endividamento externo, controlar a taxa de câmbio apesar do controle quase total do estado na economia.

Com as contas em dia e seguindo a tendência internacional, o governo deu início ao período de grandes obras públicas de infraestrutura e habitação entre 1950 e 1960. Com o governo sendo responsável por quase todo o investimento, o excesso de regulação estagnou as empresas neozelandesas nos quesitos inovação e produtividade contribuindo para perda de competitividade internacional.

As taxas de juros, assim como todo mercado financeiro, eram altamente controladas pelo governo. Apesar do país ser um forte exportador, as exportações se limitavam praticamente ao mercado britânico e com muitas dificuldades em se alcançar novos mercados. Com a desvalorização das commodities e a chegada da primeira crise do petróleo na década de 1970, a Nova Zelândia estrou novamente em recessão.

Com a segunda crise do petróleo em 1979 o governo lançou o programa “*think-big*” que previa criar 400 mil empregos e tornar a Nova Zelândia autossuficiente em energia. Porém o plano não saiu do papel e, assim como diversos países durante as crises do petróleo, o país aumentou o endividamento.

Para tentar controlar a inflação e a estabilizar a economia medidas de controle de preços, de salários e de taxas de juros foram adotados durante os anos de 1982 a 1984. Em 1984, após as eleições e a mudança de partido no poder, foram adotadas diversas medidas importantíssimas para o desenvolvimento da Nova Zelândia que foram fundamentais e ainda são até o dia de hoje para o desempenho crescente do país.

Em 1984 o estado neozelandês controlava praticamente tudo, desde preços de mercadorias até mesmo congelamento de salários além de uma forte política de subsídios a indústria e agricultura. Importações requeriam autorização e para um nativo investir no exterior teria de abrir mão da sua cidadania. A dívida pública era de 65% do PIB. O gasto do estado correspondia a 44% do PIB.

Uma das primeiras medidas adotadas foi o retorno ao tripé macroeconômico: câmbio flutuante, controle fiscal e controle da inflação. O novo governo colocou fim a política protecionista tirando barreiras à importação e extinguindo subsídios.

Os órgãos do governo passaram por reformulação e tiveram que cumprir uma série de metas e objetivos para que pudessem receber recursos. A seleção dos cargos de alto escalão passou a ser como no setor privado por meio de um rigoroso processo seletivo e com um contrato de trabalho que garantisse a estabilidade necessária para o contratado executar suas funções com autonomia. Tornou-se possível a demissão devido ao não cumprimento das metas estabelecidas.

Foram extintos diversos cargos públicos nos ministérios e demais órgãos com uma massiva redução no quadro de funcionários públicos. Grande parte desses cargos nunca deveriam ter existido, pois os serviços prestados poderiam ser feitos pela iniciativa privada.

O Estado atuava em tantas áreas que não deveria atuar que possuía diversas estatais em vários setores da economia, desde hotéis a companhias aéreas, bancos, gráficas, empresa no setor agrícola e de irrigação, transporte público... Todas elas foram concedidas a iniciativa privada de forma permanente.

Outra inovação foi que alguns órgãos de posse do Estado passaram a operar como qualquer outra empresa, buscando lucro, pagando impostos e não recebendo mais investimentos quase que ilimitados do estado. O retorno foi surpreendente. Órgãos que antes tinham um enorme custo passaram a gerar forte receita ao Estado com arrecadação de impostos e lucros.

A reforma conseguiu reduzir cerca de 66% do tamanho do estado. Sua parcela no PIB baixou de 44% para apenas 27%. Com um orçamento público superavitário foi possível reduzir a dívida para 17% do PIB. Além da liquidação da dívida com o superávit, foi possível diminuir a carga tributária. Mesmo com alíquotas de impostos menores foi possível aumentar a arrecadação.

A política de subsídios massivos também acabou. Em alguns casos os subsídios chegavam a quase metade da arrecadação total das empresas (como é o caso da criação

de ovelhas que 44% da renda originava de subsídios). Com o fim dos subsídios não houve fechamento em massa das empresas. A indústria e a pecuária neozelandesa tiveram de se reinventar e a inovar para voltarem a ser produtivas e rentáveis.

Não foi só o campo econômico que passou por fortes mudanças, a educação também estava precária mesmo com o constante aumento nos investimentos. Assim como nas demais áreas que foram reformadas, a mudança na educação foi radical. O principal órgão, o Departamento de Educação, foi extinto e a gestão educacional passou a ser feita na própria escola por uma equipe escolhida pelos pais dos estudantes.

Foi implementado uma espécie de voucher para educação onde os pais poderiam escolher onde o filho iria estudar. Essa medida tornou-se um incentivo à concorrência nas escolas públicas, pois, para conseguir os recursos, elas obrigatoriamente teriam de ter um ensino de qualidade. O voucher também podia ser utilizado em escolas privadas o que aumentou ainda mais a concorrência no ramo educacional.

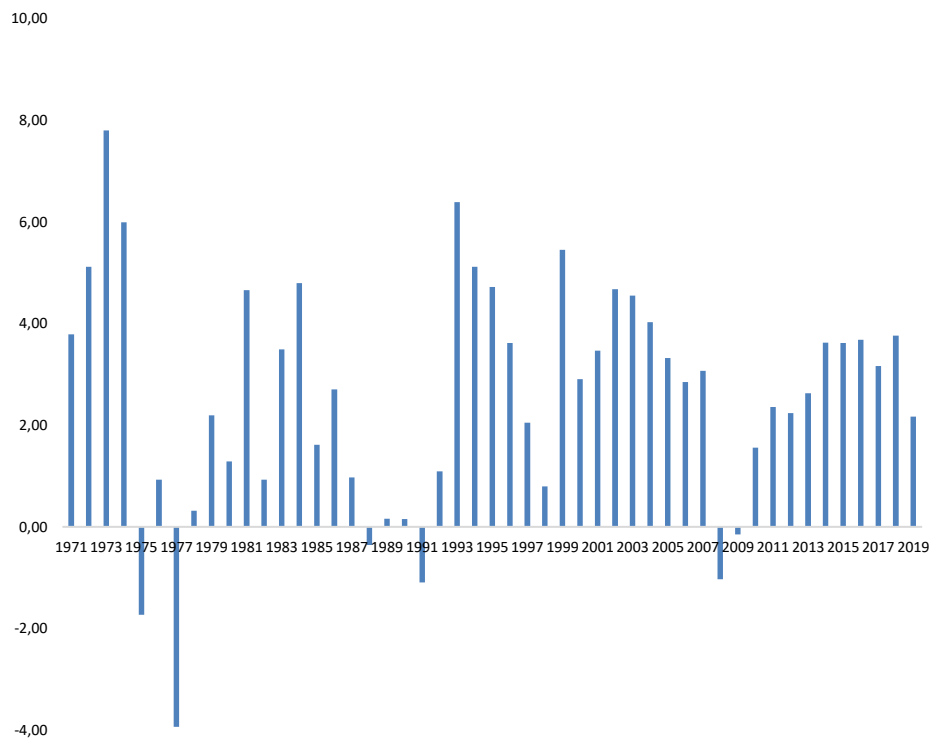
Em apenas dois anos o desempenho superior das escolas privadas em relação as escolas públicas desapareceram, e a demanda pelo ensino público aumentou. A educação neozelandesa em poucos anos avançou se tornando uma das melhores do mundo.

A simplificação tributária não ficou de fora das reformas. Além da simplificação na arrecadação, criando apenas um imposto de renda e um imposto sobre consumo no modelo IVA (imposto sobre o valor agregado), as alíquotas foram reduzidas. A alíquota máxima do imposto de renda caiu pela metade passando de 66% para 33%. Também foram revisadas e refeitas diversas regulamentações como códigos florestais, de trabalho, saúde no trabalho...

Para garantir a estabilidade e boa saúde das contas públicas foi constituído uma legislação específica ao longo dos anos: Ato do Setor Estado (1988), o Ato das Finanças Públicas (1989), e o Ato de Responsabilidade Fiscal (1994).

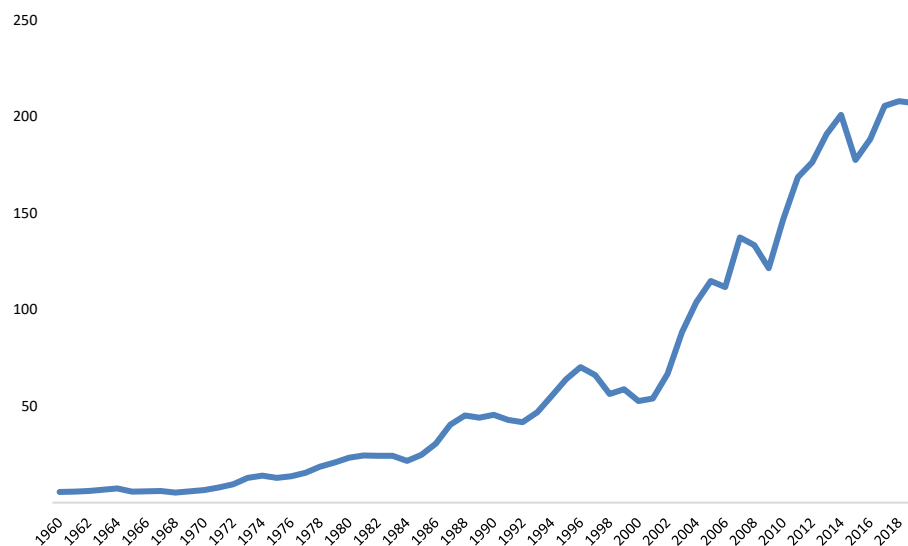
Após o término do período de reformas e estabilização, o PIB neozelandês cresceu entre os anos de 1992 a 2007 a uma média de 3,6% ao ano, sem nenhum ano com retração até a crise mundial de 2008. Mesmo a grande crise de 2008 não foi suficiente para colocar fim a prosperidade neozelandesa que teve apenas dois anos de recessão: -1,03% em 2008 e - 0,15% em 2009. Desde então a Nova Zelândia não encerrou mais nenhum ano com retração no PIB (figuras x e y).

Gráfico 5: Crescimento do PIB da Nova Zelândia (% Anual)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Gráfico 6: PIB Corrente Nova Zelândia (Em Bilhões de USD por Ano)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

5. OUTROS PAÍSES QUE SE DESENVOLVERAM ATRAVÉS DO LIBERALISMO

É muito comum vermos pessoas e até mesmo a academia afirmando que país X ou Y é rico e bem desenvolvido por estar no velho continente ou por possuir imensas

riquezas naturais ou até mesmo por ter sido colonizado por determinado país. O que determinada o “sucesso” de um país é a capacidade de conduzir a política econômica correta e uma estabilidade política.

Independentemente do continente no qual está localizado ou da história sempre é possível reverter a situação e colocar o país no rumo da liberdade e do desenvolvimento. Neste capítulo vamos explorar um pouco de alguns países em condições distintas que se desenvolveram por meio do liberalismo.

5.1 Estônia

A Estônia é um pequeno país no leste europeu banhado pelo mar báltico com pouco mais de 1 milhão de habitantes. Foi redeclarado um país independente em 1991 após mais de 50 anos sendo comandado pela antiga União Soviética.

Após meio século sobre o regime socialista, a Estônia, assim como todos os outros países que passaram pela experiência socialista estava destruída economicamente. Lojas e mercados estavam vazios devido a súbita separação da União Soviética. A hiperinflação e o desabastecimento foram inevitáveis.

O novo governo democraticamente eleito iniciou as reformas para reconstruir o país. Foi realizada uma reforma monetária com a criação de uma nova moeda, implementado teto de gastos públicos, criada uma zona de livre comércio e realizada a privatização de estatais.

Por inicialmente adotar um regime cambial diferenciado era impossível expandir a base monetária, com isso o corte de gastos públicos foi severo:

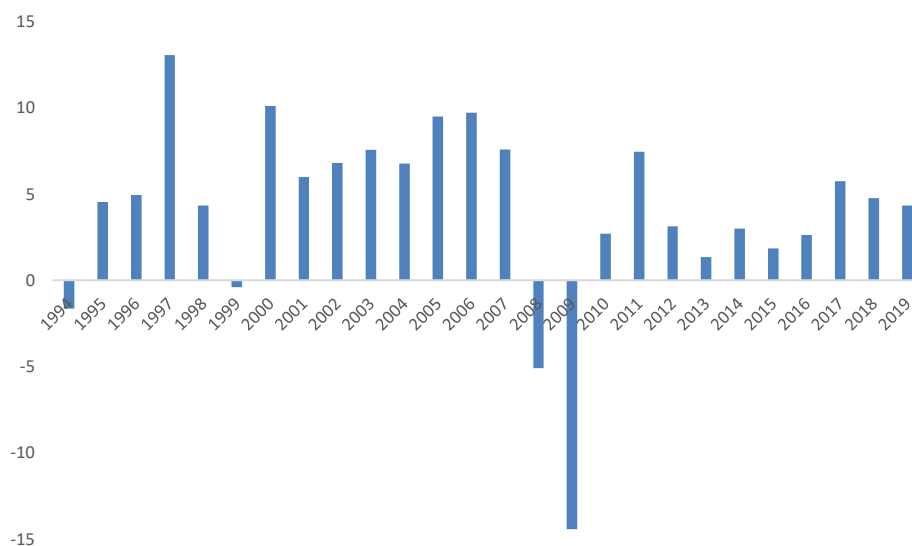
O *Currency Board* é um regime monetário no qual não há política monetária e nem interferência *política*. É o sistema que se adota quando se quer adotar uma genuína “âncora cambial”, o que faz com que a moeda de um país se torne um mero substituto de uma moeda estrangeira. Neste sistema, a moeda nacional é totalmente ancorada a uma moeda estrangeira a uma taxa de câmbio fixa (no caso da Estônia, a coroa estoniana nasceu ancorada ao marco alemão). A variação da base monetária nacional se dá de acordo com o saldo do balanço de pagamentos (saldo da quantidade de moeda estrangeira que entra e sai da economia nacional). (Como a Estônia - sim, a Estônia - se tornou um dos mais ricos países do Leste Europeu – artigo disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2892>)

A Estônia abandonou esse regime de câmbio em 2011 quando entrou para a zona do Euro e passou a adotá-lo como moeda. Graças as reformas da década de 1990 hoje a Estônia é um país altamente desenvolvido e que não para de inovar. Hoje o seu governo é considerado um dos mais modernos do mundo com quase todos os serviços público

sendo possível de serem realizados de forma digital. É possível até mesmo abrir uma empresa morando em outro país por meio de um sistema de residência eletrônico.

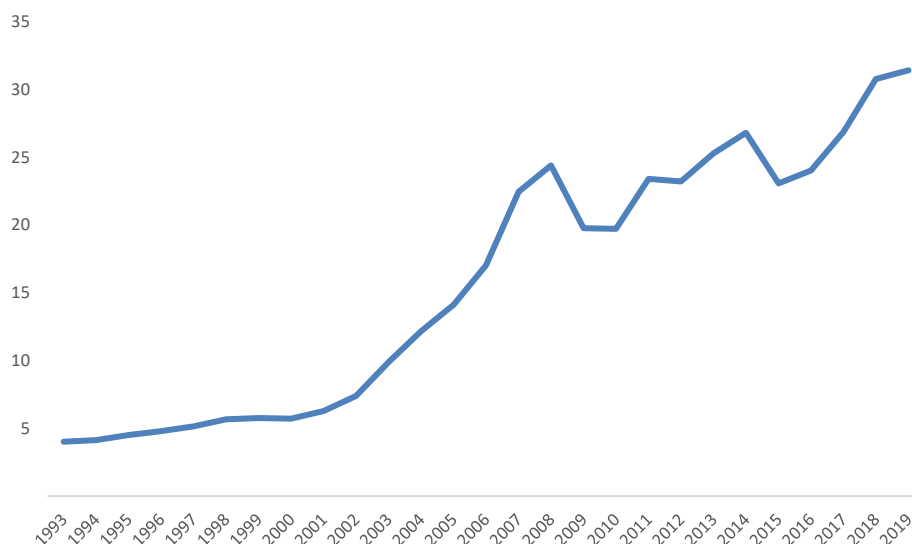
O crescimento do país foi constante desde as reformas, deixando de crescer, é claro, apenas na crise de 2008, quando teve uma retração acentuada no PIB (Gráficos 7 e 8). Graças ao liberalismo hoje a Estônia é um país próspero e livre.

Gráfico 7: Crescimento do PIB da Estônia (% Anual)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

Gráfico 8: PIB Corrente Estônia (Em Bilhões de USD por Ano)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração do autor.

5.2 Chile

Após eleito, Salvador Allende enfraqueceu instituições de controle, aumentou gastos públicos, nacionalizou empresas, fechou as fronteiras comerciais, implementou medidas que elevaram a inflação e causou o desabastecimento. O então presidente foi deposto pelo congresso chileno. Mesmo tendo seu governo decretado como ilegal, Allende tentou implementar uma ditadura socialista no Chile quando foi surpreendido por militares.

Os militares chilenos assumiram o poder em 1973 com Augusto Pinochet. Economicamente o governo de Pinochet foi semelhante ao brasileiro por meio do nacional desenvolvimentismo protecionista. Com as crises do petróleo na década de 1970 e 1980 Pinochet muda sua estratégia econômica.

Economistas influenciados pela escola de Chicago de economia conduziram as reformas que teriam de ser feitas para retirar o Chile do caos e retomar o emprego e consequentemente o crescimento. As medidas foram semelhantes à dos demais países já citados: câmbio flutuante, privatização de estatais, reestruturação da previdência social e retirada de barreiras comerciais.

As reformas possibilitaram um crescimento na economia chilena que, assim como o Brasil, é baseada em commodities. O Chile conseguiu manter um crescimento estável e é considerado o país mais bem desenvolvido da América Latina. Faz parte da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e ocupa a 59ª posição no ranking de facilidade em fazer negócios do Banco Mundial (figura x) (índice que a Nova Zelândia lidera).

Tabela 1: Ranking facilidade de fazer negócios

Colocação	País
1	Nova Zelândia
2	Singapura
3	Hong Kong
6	Estados Unidos da América
8	Reino Unido
18	Estônia
22	Alemanha
39	Portugal
59	Chile
67	Colômbia
124	Brasil
125	Paraguai

6. CONCLUSÃO

Diante da enorme frustração da economia brasileira durante décadas é importante ressaltar as motivações que perpetuam o país na pobreza, impedem o crescimento e o desenvolvimento sustentável. Para isso foi feito um paralelo com a Nova Zelândia que, apesar das diferenças dimensionais e de população, tem muitas semelhanças com o Brasil.

O objetivo deste trabalho foi elucidar a trajetória econômica brasileira evidenciando pontos chave que influenciaram o desenvolvimento. O mesmo foi feito com a Nova Zelândia e de forma mais sucinta com a Estônia e o Chile. Com isso podemos comparar a tomada de decisão de cada um desses países diante dos problemas semelhantes que cada um deles enfrentou e identificar a semelhanças em suas ações.

Podemos identificar que medidas de liberdade econômica como seja livre comércio desregulamentado sem controle de preços, menor intervenção do estado e diminuição dos gastos públicos elevaram os índices consideravelmente. O contrário também é verdadeiro. Medidas protecionistas de elevação do gasto público, subsídios e restrições de comércio com outros países afetaram negativamente a economia e consequentemente a qualidade de vida.

O Brasil foi na contramão do que rege os princípios do liberalismo. As medidas foram sempre a do intervencionismo. Mesmo com os constantes fracassos o país optou por continuar cometendo os mesmos erros que colocaram o país em situação de crise. A instabilidade política, alternando entre regimes democráticos e ditatoriais, dificultou ainda mais um plano de estabilização de longo prazo.

Recomenda-se para pesquisas futuras um estudo mais detalhado do impacto do liberalismo econômico em educação e em desenvolvimento tecnológico e um estudo sobre as inovações do governo digital da Estônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. A crise econômica de 2014/2017. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, Apr. 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Editora nacional, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **Desemprego e política monetária**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

IORIO, Ubiratan J. Economia e liberdade: a escola austríaca e a economia brasileira. **Rio de Janeiro: Forense Universitária**, p. 182, 1997.

MCTIGUE, Maurice. Rolling Back Government: Lessons from New Zealand. **Imprimis, April**, 2004. Como a Estônia - sim, a Estônia - se tornou um dos mais ricos países do Leste Europeu – artigo disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2892>

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutágua**, v. 11, p. 1-18, 2007.

ROTHBARD, Murray N. **Governo e Mercado, a economia da intervenção estatal**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

ROTHBARD, Murray N. **A grande depressão americana** Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

SIQUEIRA, Marcelo Piancastelli de et al. **Reforma do Estado, responsabilidade fiscal e metas de inflação: lições da experiência da Nova Zelândia**. IPEA, 2006.

SPERANDIO, Luan, Como e por que o Chile se tornou o primeiro país desenvolvido da América Latina, **Gazeta do Povo**, Curitiba 28 de março de 2019, Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/como-e-por-que-o-chile-se-tornou-o-primeiro-pais-desenvolvido-da-america-latina/>

THE RESERVER BANK. **The reserve bank and New Zealand's economic history**. Wellington, 2007.

VELOSO, Fernando A. et al. (Ed.). **Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva brasileira**. Elsevier, 2013.

VON MISES, Ludwig. **As seis lições**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

VON MISES, Ludwig. **Intervencionismo, uma Análise Econômica**. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.